

## Sindicato lança abaixo-assinado contra PLS 555 Caixa Federal 100% pública ameaçada



Agência Conceição



Agência Centro/Glicério

O Sindicato lançou na manhã do último dia 22, em Campinas, abaixo-assinado contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 555 em duas unidades da Caixa Federal: Centro/Glicério e Conceição. Nesta semana, o Sindicato lança o abaixo-assinado na Região: dia 26, em Sumaré, dia 28 em Indaiatuba e dia 29 em Americana. O PLS 555 tramita neste momento na Câmara Alta do Congresso Nacional. Nos dias 16 e 17 de dezembro

passado, por exemplo, teve início a votação, que deve ser retomada em fevereiro próximo.

Apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o PLS 555 torna as empresas públicas federais, estaduais e municipais e sociedades de economia mista em S.A. (sociedade anônima); entre elas, a Caixa Federal. O PLS 555, na prática, pavimentava o caminho da privatização, flexibiliza as regras para que

uma estatal feche um contrato sem licitação, e obriga as empresas públicas a seguirem regras de governança e controle proporcionais à relevância e ao risco do negócio. Em outras palavras, aumento da interferência de acionistas sobre as empresas públicas.

### Mensagem aos senadores

Além de assinar o documento lançado pelo Sindicato, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, envie mensagem aos senadores. Su-

gestão de texto: “Senador. Defenda os trabalhadores. Rejeite o PLS 555”. Acesse o site do Sindicato e confira a relação de e-mails dos senadores.

O abaixo-assinado e o envio de mensagens aos senadores fazem parte das estratégias de luta discutidas em reunião de dirigentes sindicais realizada pela Federação dos Bancários de SP e MS no último dia 20. Leia o texto do abaixo-assinado no site do Sindicato ([bancarioscampinas.org.br](http://bancarioscampinas.org.br)).

### CONQUISTA

## Sindicato reivindica antecipação da PLR

O Sindicato envia nesta semana ofício à Fenaban reivindicando a antecipação do pagamento da segunda e última parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) – o acordo estabelece o dia 1º de março como data-limite. Essa segunda parcela equivale a **diferença** entre 90% do salário mais valor fixo de R\$ 2.021,79, com teto de R\$ 10.845,92 (regra básica) e os valores pagos em novembro do ano passado a título de primeira parcela (54% do salário mais R\$ 1.213,07, com teto de R\$

6.507,55; regra básica).

O Sindicato reivindica também a antecipação da **diferença** da Parcela Adicional, equivalente 2,2% do lucro líquido, com teto de R\$ 4.043,58; a primeira parcela (paga em novembro último) correspondeu a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2015, limitado a R\$ 2.021,79; regra básica.

O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, argumenta que a antecipação visa amenizar os conhecidos gastos de final e início de ano.



Júlio César Costa

## QUADRO DEFINIDO

### Dest limita números de funcionários do BB e Caixa

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) estabelece, em sua Portaria nº 17, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de dezembro último, “o limite máximo para o quadro de pessoal próprio das empresas públicas e sociedades de economia mista que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto”.

Entre as empresas do setor financeiro, a Portaria atinge o BNDES, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e a Caixa Federal, entre outras.

O artigo 3º da Portaria autoriza as empresas a “gerenciar seus quadros de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que, vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados os quantitativos ora estabelecidos e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício”.

Segundo o Dest, o quadro permanente do Banco do Brasil deve ser de 115.495; até o terceiro trimestre de 2015, era de 109.352. Na Caixa Federal, o quadro permanente deve ser de 97.732; até o primeiro semestre de 2015 era de 97.922.

A portaria entrou em vigor na data da publicação.

## Sindicato dos Bancários CUT Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO  
PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)  
DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA  
IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES  
SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.  
FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602  
CLUBE: (19) 3251-3718  
SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869  
AMPARO: (19) 3807-6164  
MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993  
SJB VISTA: (19) 3622-3514  
INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR  
E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR  
TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES  
FILIAO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

# Sindicatos se organizam contra artigos do PL sobre Estatuto da Segurança Privada

O Coletivo Nacional de Segurança Coordenado pela Contraf-CUT se reuniu no último dia 12, em São Paulo, para debater o relatório final da Comissão especial da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de lei (PL) que cria o Estatuto da Segurança Privada, publicado em novembro do ano passado. O texto aprovado pela Comissão “foi o substitutivo do relator, deputado Wellington Roberto (PR-PB), a uma série de propostas (PL 4238/12 e outros) sobre o tema”, segundo o site da Câmara dos Deputados.

O PL altera a Lei 7.102/83 e as mudanças, se aprovadas, serão prejudiciais à categoria bancária. O parágrafo único do artigo 1º determina que a segurança bancária seja matéria de interesse da Segurança Nacional. O que delimita a atuação aos órgãos de

polícia, eliminando assim as legislações municipais sobre segurança bancária. “Impedir que sindicatos negociem, construam com prefeitos e vereadores novas leis representa um tremendo retrocesso. Afinal, as legislações municipais têm beneficiados bancários, clientes e usuários”, avalia o diretor do Sindicato, Danilo Anderson, que participou da reunião do Coletivo como representante da Federação dos Bancários de SP e MS.

O texto aprovado pela Comissão traz outra maldade no parágrafo único do artigo 31º: a atividade bancária torna serviço essencial. Na prática, inviabiliza o exercício do direito de greve; hoje apenas a compensação é considerada serviço essencial (Lei 7.783, artigo 10º, inciso XI).

## Sindicatos reivindicam rejeição do PLS 127

Em ofício ao senador Walter Pinheiro (PT-BA), protocolado no dia 15 de dezembro do ano passado, a Contraf-CUT e a Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV) solicitam a rejeição do PLS (Projeto de Lei do Senado) 127/2012 na Comissão de Assuntos Sociais.

## Direito de greve

O PLS 127 propõe mudar a Lei 7.783, que trata do exercício do direito de greve, incluindo todos os serviços bancários como essenciais; hoje, como comentado anteriormente, apenas o serviço de compensação é considerado essencial. O senador Walter Pinheiro é o relator do PLS 127/2012.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

### Sindicato cobra uniformidade nas ações universitárias do Santander

Em ofício ao Santander, o Sindicato cobra uniformidade nos procedimentos que integram as chamadas ações universitárias. Em outras palavras, respeito a jornada, sem prorrogação além do permitido em lei, pagamento de horas extras e cumprimento dos horários de descanso e alimentação. Leia abaixo a íntegra do ofício.

Ofício 16.01/013

Campinas, 22 de janeiro de 2016

Ao  
Banco Santander  
SPI - Centro Sul  
Sr. João Carlos da Silveira  
C/C: Fabiana Ribeiro - Superintendente de Relações Sindicais

Prezados Senhores,

Tendo em vista as ações universitárias promovidas por esta superintendência, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região vem, pela presente, solicitar uniformidade de procedimentos dos funcionários que fazem as chamadas ações universitárias, ou seja, não extrapolção de jornada, pagamento de horas extras, respeito ao horário de descanso e alimentação.

O sindicato tem recebido sucessivas reclamações de que as horas extras não se limitam às duas horas legais e que as demais são compensadas. Além disso, funcionários demitidos apontam esse excesso nos pleitos que fazem junto ao Banco nas Comissões de Conciliação Voluntária.

Solicitamos que as regionais que fazem estas ações esporádicas, nas universidades de menor porte, sejam orientadas no sentido de solucionar o problema.

Certos da atenção de V.Sas., apresentamos nossas

Saudações Sindicais,

Jeferson R. Boava  
Presidente

## GIRET

### Caixa não comenta reestruturação

“Não há informação oficial, por parte da empresa, no sentido de promover a mencionada reestruturação”. Essa foi a resposta da Caixa Econômica Federal, por meio da Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva (GEING), para o questionamento feito pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) sobre uma possível proposta de reestruturação das Gerências de Filial de Retaguarda de Agência (GIRETs).

Em ofício enviado ao Banco no dia 16 de dezembro último, a CEE/Caixa destaca que “entidades sindicais têm recebido inúmeros questionamentos relativos ao processo que estaria em curso”. E ainda: “não é de hoje que circulam informações sobre reestruturações não somente nas GIRETs, como em outros segmentos do Banco. A falta de comunicação adequada da Caixa acerca do assunto gera um clima de instabilidade e apreensão entre os empregados”.

A Comissão Executiva dos Empregados destaca ainda que, segundo a cláusula 56ª do ACT 2014/2015, renovada na cláusula 55ª do ACT 2015/2016, a Caixa Federal deve apresentar, na mesa permanente de negociação, um plano de ação para resolução definitiva das situações apontadas sobre saúde, segurança e condições de trabalho do Tesoureiro Executivo. Na resposta enviada, a Caixa Federal não se manifestou sobre o tema.

Fonte: Agência Fenae

# Sindicatos querem que BB suspenda reestruturação

Guina Ferraz

Júlio César Costa



Sindicatos negociam com Banco do Brasil



Sindicato realiza Dia de Luta em Campinas

Os sindicatos, a Contraf-CUT e a Comissão de Empresa dos Funcionários se reuniram no último dia 20 com o Banco do Brasil, em Brasília, para discutir o recém-anunciado processo de reestruturação, que criou a Visin (Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações), e envolve as áreas de logística, operações, PSO e valores (CSO).

Após relatar desencontro de informações nos locais de trabalho, dados inconsistentes nos sistemas do Banco, os sindicatos cobraram uma planilha com o quadro real de cortes em cada praça. Inclusive, os representantes dos funcionários destacaram que o BB não cumpriu compromisso assumido ao não repassar informações sobre cada cargo que será extinto ou remanejado de cidade.

Diante desse confuso quadro, os sindicatos reivindicaram a suspensão imediata do processo de reestruturação, que foi anunciada no último dia 7 e tem previsão de ser implantada até o dia 25 deste mês de janeiro. “Mais uma vez o BB realiza reestruturação em que penaliza o

funcionários, pois impõe alteração na vida dos envolvidos em prazo muito curto. Localmente o Sindicato está conversado com a Gepes, visando a melhor realocação e promovendo reuniões com os funcionários. Porém, o BB deve suspender a reestruturação. Essa é a melhor alternativa”, avalia o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que participou da reunião.

## Dia de Luta

Cabe registrar que no último dia 15, Dia Nacional de Luta, o Sindicato realizou reuniões no prédio localizado no bairro Bonfim, onde estão instalados vários departamentos; entre eles, PSO e CSO. O Dia foi marcado também com distribuição de carta aberta.

**Prazo insuficiente:** O Banco do Brasil ampliou o prazo de início do VCP - verba de caráter pessoal (garantia de manutenção da remuneração por quatro meses), passando do dia 25 deste mês de janeiro para 15 de fevereiro aos funcionários que não forem remanejados de praça ou que tiverem redução salarial. Os sindicatos, no entanto, consideram o prazo insuficiente,

dado que para muitos funcionários a única opção em permanecer no cargo será com deslocamento de mais de quatro mil km.

**Garantias:** Quanto às garantias cobradas pelos sindicatos, o BB informou que vai agilizar a quebra da trava de concorrência, promover curso de capacitação para quem for para a rede de agências, garantir a migração na lateralidade de 6 ou 8 horas se houver o cargo no novo prefixo e, ainda, garantia de extraquadro como escriturário em agência de preferência do funcionário - será analisado o número de pedidos de cada local, evitando assim excesso de extraquadro na mesma dependência.

**Plano de Funções:** Os sindicatos destacaram que poderá ocorrer problemas de migração e realocação mesmo nas cidades em que quadro de pessoal será aumentado, devido ao plano de funções, uma vez que pela regra os salários de alguns funcionários serão reduzidos mesmo subindo de cargo.

**Pressão e assédio:** Os sindicatos denun-

ciaram a pressão de alguns gestores para que os funcionários façam opção de migração imediata, mesmo antes do prazo estabelecido. Muitos gestores estão tentando dar um ritmo próprio; em alguns casos, ameaçam funcionários com rebaixamento de cargos.

**Mais garantias:** Os representantes dos funcionários cobraram a mesma remuneração para quem ficar como extraquadro nas agências, extensão do VCP para 12 meses e prazo dilatado para início do pagamento.

**Planilha:** O BB assumiu compromisso em repassar semanalmente à Comissão de Empresa uma planilha com o quadro de vagas e movimentações para que seja feito acompanhamento real. Definiu-se que no dia 26 deste mês de janeiro será apresentado o quadro geral de movimentações. E mais: será feito contato com outras áreas que não são da Visin para desbloqueio de vagas de cargos semelhantes, com o objetivo de melhor realocação dos funcionários que perderem funções.

Fonte: Contraf-CUT

## BANCO DO BRASIL

## Negociação sobre futuro da Cassi avança

As entidades representativas dos funcionários ativos e aposentados cobraram do Banco do Brasil, durante reunião no último dia 19 em Brasília, respostas referentes aos pontos pendentes da última mesa de negociação, realizada no dia 21 de dezembro do ano passado. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, participou da reunião.

As entidades cobraram, por exemplo, respostas sobre o andamento dos projetos de ações estruturantes, uma vez que houve impasse no âmbito da Cassi, emperrando o início dos projetos, e também sobre alguma solução para o caixa da Cassi, evitando a falta de pagamento dos serviços que, conseqüentemente, prejudica o atendimento aos associados.

As entidades afirmaram que houve avanços ao longo do processo negocial e que foram produzidos consensos que devem ser mantidos, como o princípio da solidariedade, o investimento no Modelo de Atenção Integral à Saúde através da Estratégia Saúde da Família, a garantia de atendimento para ativos, aposentados, dependentes e pensionistas e corresponsabilidade entre Banco e associados.

O BB reconheceu que houve avanços na mesa de negociação e informou que, após a última reunião com as entidades, se reuniu com os diretores eleitos e técnicos da Cassi para discutir sobre os projetos, conforme acordado. Informou também que vai dar sequência aos projetos, iniciando a abordagem com empresas especializadas e garantiu o compromisso com o andamento dos projetos.

Os projetos, cabe ressaltar, fazem parte do programa de excelência no relacionamento que é composto de seis iniciativas estratégicas: Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Regulação, Gestão da Rede de Prestadores, Acesso Qualificado Através do Sistema Integrado de Saúde, Gestão Integrada de Informações de Estudos Estatísticos e Atuariais, Aperfeiçoamento dos Processos Orientados ao Sistema de Saúde Cassi e Novos Planos.

As entidades acrescentaram que, mesmo com a contratação de empresas para dar andamento aos projetos, deve-se ter o compromisso do BB e de seus representantes na Cassi de não haver alterações substanciais de conteúdo e de premissas defendidas pelos eleitos

nas Iniciativas Estratégicas ou que mudem o modelo de Cassi defendido pelos eleitos e entidades representativas. O que teve concordância do BB. O Banco também afirmou que todas as decisões seguirão o trâmite normal dentro da governança da Cassi, via diretorias e conselhos.

## Reforço de caixa

O Banco do Brasil afirmou que, enquanto os projetos estão na fase inicial, estuda várias alternativas para o reforço de caixa, que serão apresentadas internamente à Cassi. O BB afirmou também que, após essas medidas, não haverá falta de pagamento a nenhum prestador da Cassi; algo que não ocorreu até o momento.

A comissão de negociação também cobrou que o BB não apresente nenhuma medida que corte benefícios ou suspenda programas de saúde ou de atendimento aos usuários dos planos da Cassi. O Banco informou que apresentará soluções para reforço de caixa sem corte de benefícios e que, sendo aprovadas depois de debatidas internamente, pode-se pensar até em sair do contingenciamento. Debateu-se, então,

um prazo necessário para que a mesa seja retomada com a apresentação do encaminhamento sobre os projetos e quais as soluções para reforço de caixa que serão implementadas. Ficou acertado que o prazo mínimo será de 30 dias e, se houver necessidade, haverá uma reunião nesse intervalo. A próxima rodada de negociação foi agendada para o dia 25 de fevereiro.

## Descredenciamentos

Os integrantes da Comissão de Negociação pediram informações à diretoria da Cassi sobre o descredenciamento de prestadores, relatado por associados em várias regiões. A Cassi informou que os descredenciamentos têm origens diversas que vão desde a questão de mudanças no setor com desinteresse de prestadores de serviços de saúde em serem conveniados a operadoras de saúde, pouca quantidade de usuários e prestadores de serviços de saúde em determinados locais, até o vencimento de contratos com novas negociações em andamento, mas que em nenhum caso foi por falta de pagamento.

Fonte: Contraf-CUT

# Matinô

# CARNAVAL

## no clube



Dias 7 e 9 de Fevereiro

das 14h30 às 17h30

Desfile de fantasia infantil - Dia 9 (terça-feira), 15h30

ANIMAÇÃO: banda Canta Brasil

pintura facial, confete e serpentina

Endereço do Clube: Rua Nazaré Paulista, 858, Jardim das Paineiras, Campinas

Sindicato dos  
Bancários CUT  
Campinas e Região